Relatório Webinar "Pagamento por Serviço Ambiental: mais uma conta a pagar?

O Papel do Setor Privado Brasileiro no Desenvolvimento de Iniciativas e Mecanismos de PSA-Carbono"

O webinar foi realizado no dia 18 de março de 2013, cumprindo com o horário proposto para o programa (das 9 a.m. às 12 p.m.). Ao todo, estiveram presentes **48 representantes** de **28 entidades**, sendo: 20 empresas, 8 organizações diferentes (entre confederação, federação, comissão setorial, sem fins de lucro, ONG, instituto de pesquisa, projeto e o próprio Ministério de Meio Ambiente). Ver "lista de participantes" mais adiante.

O evento foi realizado 100% de forma virtual, através da ferramenta para videoconferências Webex (indicada ao público com ótima qualidade de conexão à internet), complementada com a transmissão ao vivo, via Livestream (opção para aqueles que possuem conexão à internet de média ou baixa qualidade).

Mapeamento de Empresas

Com o intuito de alcançar o público alvo (setor privado), realizou-se um mapeamento de empresas em todo o Brasil, sejam aquelas que já possuem ações relacionadas à PSA ou outra iniciativa sustentável ao meio ambiente, quanto àquelas empresas que ainda não vislumbraram este caminho.

Como estratégia, buscou-se primeiramente considerar as empresas e associações membros de iniciativas lideradas por organizações, como: Akatu, Empresas pelo Clima, WBCSD/CEBDS, MEBB, Fórum Amazônia Sustentável, FGV e ETHOS (ver tabela 1). O segundo passo foi buscar os contatos do setor de sustentabilidade ou meio ambiente de cada empresa, para tanto, a organização do evento contatou ditas organizações a fim de obter seu apoio na divulgação da atividade, seja indicando diretamente o contato de pessoas na empresa ou que enviassem a eles mesmos o convite do webinar a esses contatos. Efetivamente, conseguiu-se apoio de parte da ETHOS e, em indiretamente, do CEBDS e CNI. Por isto, a maior parte dos contatos foi obtido a partir da pesquisa na internet. Em seguida, foi estabelecido o contato por telefone, seja para confirmar a informação e chamar mais atenção para o convite, ou para obter o contato da área adequada, já que muitas vezes não se encontrava diretamente na página web da instituição.

No caso de empresas de grande porte, líderes no mercado, como: Coca-Cola Indústrias Ltda. e Caixa Econômica Federal, somente se conseguiu contato de suas assessoria de imprensa e em nenhum dos

dois casos se conseguiu os dados de um responsável. Algo similar aconteceu com bancos como Banco do Brasil e BNDES, no entanto, para estes não se conseguiu se quer o contato de uma assessoria de imprensa, somente os contatos para atendimento a clientes.

Akatu	Empresas pelo clima	WBCSD/CEBDS	MEBB	Fórum Amazônia sustentavel	Membros ETHOS
Itau	Itau	Itau	VALE	Itau	Itau
Bradesco S.A.	Bradesco S.A.	Bradesco S.A.	Alcoa Alumínio S.A.	VALE	Bradesco S.A.
Natura Cosméticos S.A.	VALE	VALE	Wal Mart	Natura Cosméticos S.A.	BRF Brasil Foods
Alcoa Alumínio S.A.	Natura Cosméticos S.A.	Natura Cosméticos S.A.	Klabin S.A.	Alcoa Alumínio S.A.	VOLTORATIN
Wal Mart	Alcoa Alumínio S.A.	Alcoa Alumínio S.A.	Suzano Papel e Celulose S.A.	Suzano Papel e Celulose S.A.	Marfrig Group
Braskem	Banco do Brasil S.A.	Wal Mart	CPFL	Amata Brasil	AmBev - Companhia Brasileira de Bebidas
Grupo Pão de Açucar	EDP Energias do Brasil	Banco do Brasil S.A.	Carrefour Comércio e Indústria Ltda	Multimeio Comunicação e Marketing	BP Brasil Ltda.
TIM	Braskem	EDP Energias do Brasil	Eletrobras Furnas	Philips	Nestlé Brasil Ltda.
CPFL	Klabin S.A.	Braskem	Eletrobras	Beraca Sabará Químicos e Ingredientes S.A.	Santander
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	Petrobras	Grupo Pão de Açucar	Nestlé Brasil Ltda.	Grupo Orsa	Coca-Cola Indústrias Ltda.
NIVEA	BRF Brasil Foods	Petrobras	RL Sistemas de Higiene		Grupo Orsa
Porto Seguro S.A.	TIM	Suzano Papel e Celulose S.A.	Unilever	GRUPO ANDRÉ MAGGI	Syngenta
Grupo Santander Brasil	VOLTORATIN	TIM	FIBRIA Celulose S.A.		AES Brasil
Nestlé Brasil Ltda.	Ecofrotas	Ecofrotas	Amata Brasil		
RL Sistemas de Higiene	Grupo Boticário	CPFL	Givaudan		
Unilever	Oi S.A	Anglo American	IFF Essências e Fragâncias		
Editora Abril	Anglo American	BNDES	Beraca Sabará Químicos e Ingredientes S.A.		
Philips	Monsanto do Brasil	Monsanto do Brasil	Johnson & Johnson		
GE	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil	Itaipu Binacional		
Gerdau S.A.	NIVEA	AmBev - Companhia Brasileira de Bebidas			
Coca-Cola Indústrias Ltda.	BM&F Bovespa	BP Brasil Ltda.			
Promon Engenharia	Eletrobras Furnas	Eletrobras			
Kellogg	BP Brasil Ltda.	Grupo Santander Brasil			
Kimberly-Clark Brasil	Ecorodovias	Nestlé Brasil Ltda.			
Kraft Foods	Ibope Inst. Brasil. Opin.Pública	Siemens			
	Sanepar	Souza Cruz S.A.			
	Santos Brasil	Philips			
	SAP Brasil	Caixa Economica Federal			
	Ticket	GE			
	GE	Gerdau S.A.			
	HSBC Bank Brasil S.A.	HSBC Bank Brasil S.A.			
		Raízen Energia S. A.			
		Coca-Cola Indústrias Ltda.			
		Syngenta			
		BASF S.A.			
		Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG			
		AES Brasil			
		CCR S.A.			
		Arcelor Mittal Brasil			
		PepsiCo do Brasil			
		Holcim (Brasil) S.A.			
		Michelin - Sociedade Michelin de Participações, Indústria e Comércio Ltda.			
		USIMINAS - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.			

Tabela 1. Mapeamento de empresas e associações membros de iniciativas sustentáveis. Em azul, as empresas com maior quantidade de ações em iniciativas ambientais.

DIVULGAÇÃO

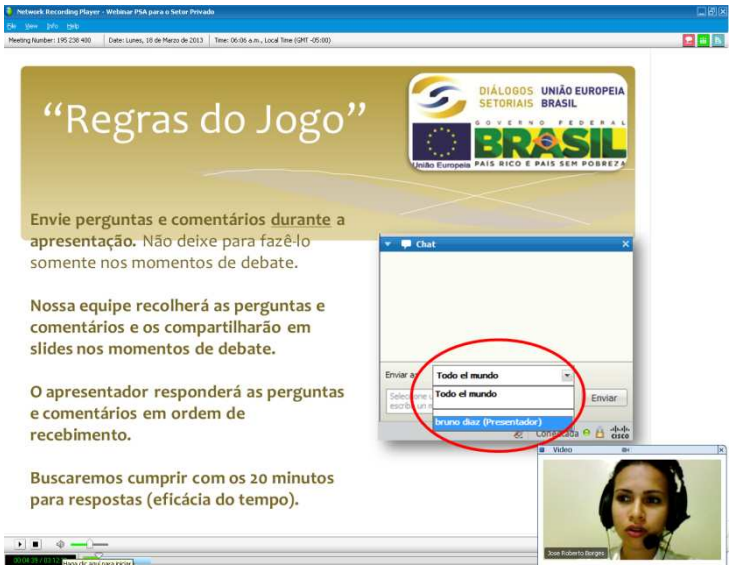
Já com os contatos confirmados, foram enviados os convites preliminares e explicativos da atividade, solicitando que os interessados em participar respondessem confirmando seu interesse (ver anexo 1). Com a resposta de interesse em se inscrever na atividade, obteve-se uma segunda lista a quem se enviaram todos os detalhes sobre como participar (instruções e os vídeos tutoriais), programa, material de referência (ver mais adiante) e os contatos do palestrante e assessoria de comunicação do evento. Toda esta informação foi disponibilizada em uma página web feita especialmente para o webinar e que estará disponível por tempo indeterminado. Para acessar a página do evento, clique aqui.

As apresentações em slides foram disponibilizadas no dia anterior ao evento. Vídeos a partir da gravação do webinar foram disponibilizados na mesma página, para permitir acesso ao conteúdo àqueles que não puderam estar presentes.

ORIENTAÇÃO AOS PARTICIPANTES

No dia 15 de março de 2013, um representante da organização do evento esteve disponível online para realizar testes de acesso à sala virtual (Webex) com os participantes inscritos e assim avaliar sua conexão e determinar o melhor caminho para participar; além de dar orientações técnicas.

Além disso, foram elaborados vídeos tutoriais explicando como acessar a plataforma e dando mais informações sobre como seria a dinâmica de interação no dia do webinar. Sobre esta, optou-se por indicar aos participantes que enviassem perguntas e comentários durantes as apresentações para que os organizadores as coletasse e as organizassem em slides para subi-los nas seções de debate para comentários do palestrante. Esta dinâmica permitiu um melhor aproveitamento do tempo e um número maior de pessoas tenha oportunidade de se manifestar.



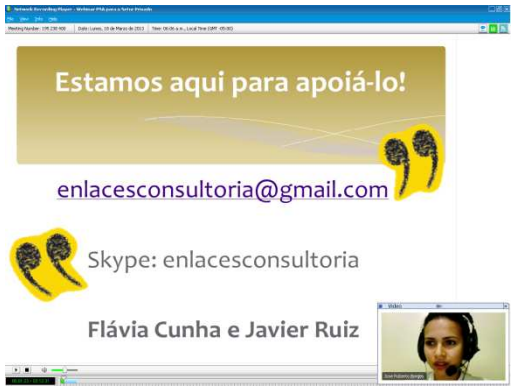
A interação via chat esteve disponível nos dois meios oferecidos para participação (Webex e Livestream).

O apoio tecnológico para os participantes também foi prestado pela organização do evento no dia do webinar, através de contato por e-mail e skype.

Material de Referência

A publicação "**Pagamento por Serviço Ambiental: mais uma conta a pagar? - O Papel do Setor Privado Brasileiro no Desenvolvimento de Iniciativas e Mecanismos de PSA-Carbono**", autoria de Marcos Rugnitz Tito, foi elaborada no marco do Diálogo Setorial Brasil – EU sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável promovido pelo Ministério de Meio Ambiente (MMA) e a Direção Geral de Meio Ambiente da Comissão Europeia.

O documento é divido em seis módulos: (1) Conceitos necessários para entender o PSA; (2) PSA carbono desde o enfoque da oferta: a lógica do *carbon offset*; (3) Processos para a determinação de Pegada de Carbono; (4) Legislação e Oportunidades de PSA-Carbono no Brasil; (5) Ações brasileiras relacionadas a economia de baixo carbono e; (6) O papel do setor privado na redução de emissões de GEE.



Para baixar o documento e mais informação, clique aqui.

Moderação do Evento

A moderação do webinar, assim como o suporte tecnológico, foi proporcionado por Flávia Cunha e Javier Ruiz, consultores independentes (*Enlaces Consultoria*), com capacidade e experiência na comunicação interpessoal e interinstitucional e moderação e logísticas de eventos virtuais e presenciais, com empatia para entender as necessidades dos companheiros de equipe e do público alvo em um projeto. Mais informação.

Lista de Participantes

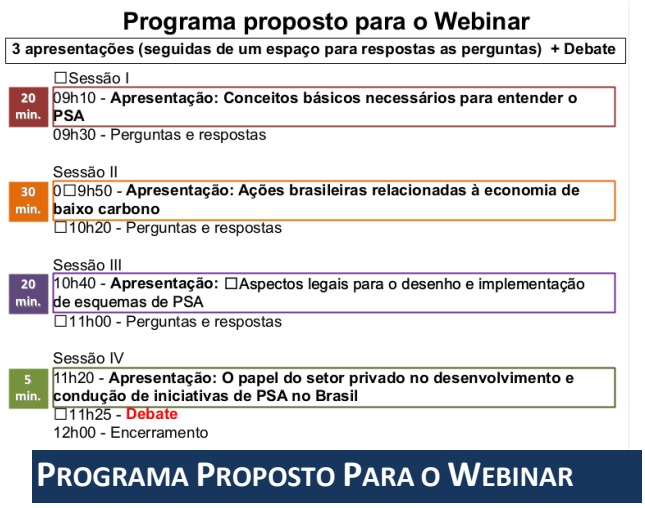
EMPRESAS

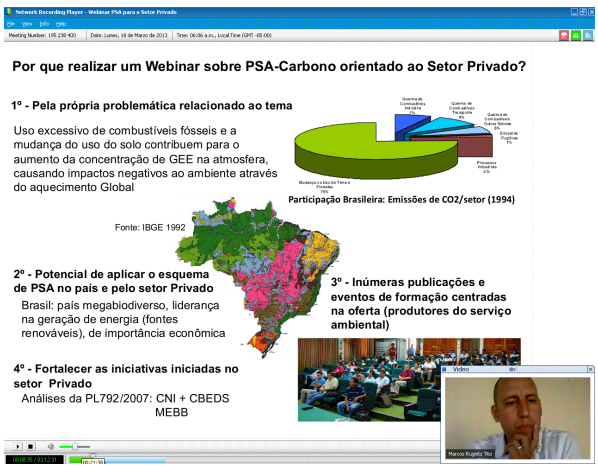
1) ABIPLA. Giancarlo Montagnani (areatecnica@abipla.org.br)
2) BASF. Helene Menu (helene.menu@basf.com)
3) Baterias Moura S/A. Jonerson Neri - Analista Ambiental
4) Beraca Sabara Quimicos e Ingredientes. Thiago Terada (thiago.terada@beraca.com)
5) Biofílica. Mariama Vendramini (mariama@biofilica.com.br)
6) BRADESCO. Julia Spinassé (4823.julia@bradesco.com.br)
7) Cana Verde. Leandro Bin (leandrobin@canaverde.com.br)
8) CESP – Companhia Energética de São Paulo.
Maria Lúcia Mesquita Rodrigues (maria.rodrigues@cesp.com.br);
Paula Nakayama (paula.nakayama@cesp.com.br);
Maria Rodrigues (maria.rodrigues@cesp.com.br)
9) Ecometrika. Ramon Ortiz – Estudos Econômicos em Sustentabilidade (ramon.arigoni.ortiz@gmail.com)
10) Global Canopy. Mary Menton (m.menton@globalcanopy.org)
11) Instituto CO2 Zero. Davi de Lacerda Ramos (davilramos91@gmail.com)
12) JBS. Daniela Teston – Coordenadora de Sustentabilidade (daniela.teston@jbs.com.br)
13) Monitore Engenharia e Planejamento Ambiental Rafael Hartmann Gava (comercial@monitore.com.br)
14) Native Produtos Orgânicos. Fernado Alonso (alonso@canaverde.com.br)

15) Planetável Sustentabilidade. Zegui Azevedo (zegui@planetavel.com)
16)Plantar Carbon, Belo Horizonte.
Rodrigo Ferreira (rodrigo.ferreira@plantar.com.br);
Diego Toledo (diego.toledo@plantar.com.br);
Guilherme Kubitz (guilherme.kubitz@plantar.com.br);
Cristiana Oliveira (cristiana.oliveira@plantar.com.br)
17) Usina Azul. André Gulfier (andre.gulfier@usinazul.com.br)
18) V&M do BRASIL. Felipe Fleury (felipe.fleury@vmtubes.com.br)
19) Vale.
Marina Marinho Nunes (marina.nunes@vale.com);
João Faria (joao.faria@vale.com);
Domícia Oliveira (domicia.oliveira@vale.com);
Marcos de Abreu Lima (marcos.abreu.lima@vale.com);
Bernadette Back (bernadette.backx@vale.com);
Pedro Almada (pedro.almada@vale.com)
20) Votorantim Cimentos.
Elaine Pellacani (elaine.pellacani@vcimentos.com.br);
Lívia Ballot de Miranda (livia.miranda@vcimentos.com.br);
Regiane Velozo Dias (regiane.velozo@vcimentos.com.br)

OUTRAS ORGANIZAÇÕES E INICIATIVAS

21) CNI – Confederação Nacional das Indústrias.
Mário Cardoso (mcardoso@cni.org.br)
Paula Benati (pbennati@cni.org.br)
22) CPI – Comissão Pró-Índio do Acre.
Frank (frank@cpiacre.org.br)
23) FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.
Patrícia Boson (tita@uaigiga.com.br)
24) Fundação Grupo Boticário.
Guilherme (guilhermek@fundacaogrupoboticario.org.br)
25) IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Brasília-DF.
Erika de Paula Pedro Pinto (erika@ipam.org.br)
26) MMA – Ministério de Meio Ambiente do Brasil.
Alexandre Avelino (alexandre.avelino@mma.gov.br);
Felipe Santiago (felipe.santiago@mma.gov.br);
Juliana Junqueira (juliana.junqueira@vale.com);
Karen Cope (karen.cope@mma.gov.br);
Letícia Guimarães (leticia.guimaraes@mma.gov.br);
Monique Ferreira (monique.ferreira@mma.gov.br);
Natalie (unatalie@gmail.com);
Nubia Silva (nubia.silva@mma.gov.br)
27) Projeto Diálogos Setoriais. Josep Portella (portella.dialogos@gmail.com)
28) WWF. André Dias (andredias@wwf.org.br)
29) Particular. Thiago Gil Barros

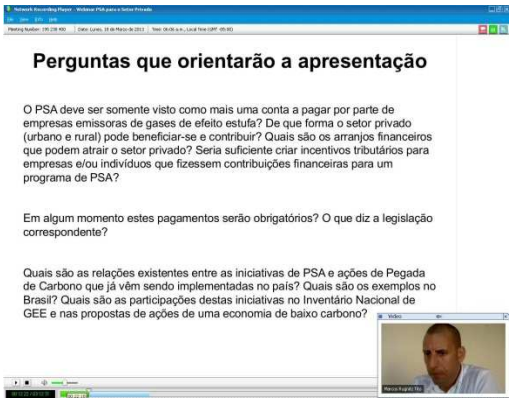




PERGUNTAS E RESPOSTAS ÀS APRESENTAÇÕES:

09h10 - **Apresentação: Conceitos básicos necessários para entender o PSA**
09h30 - Perguntas e respostas

Felipe Fleury (V&M do BRASIL): Como o sequestro de carbono pode ser remunerado para aquele que o promove? Semelhante a mecanismos de carbono?



Marcos Rugnitz Tito (MRT): *Há duas formas de se remunerar, a primeira pelos projetos de conservação que as pessoas estão chamando pela sigla REDD (Redução de Emissões pela Degradação e Desmatamento) ou também algumas pessoas tendem a utilizar o conceito de desmatamento evitado, quando se evita o desmatamento ou a degradação de uma determinada área, e com isso as pessoas tendem a receber pelas atividades da conservação. Uma outra forma é via iniciativas de MDL florestal que são projetos de plantações onde existe um sequestro de carbono através do crescimento da biomassa presente nas espécies florestais. O que eu queria colocar é que essas metodologias e procedimentos estão em constante evolução, no sentido de que alguns anos atrás agente só falava de mecanismos MDL para carbono florestal, mas ao longo dos anos passamos para outros processos que combinam a conservação da floresta, com a recuperação dessas próprias florestas, ou seja, com a plantação ou o enriquecimento dessas áreas.*

Rodrigo Ferreira (Plantar Carbon): No quadro de exclusividade e rivalidade, o sequestro de carbono é considerado um bem público ou um benefício privado?

MRT:/ *O sequestro de carbono na verdade é um serviço e, um serviço público. O sequestro de carbono não é algo para se excluir e nem rivalizar; como expliquei em um slide da apresentação (veja o slide). Porque, por exemplo, todas as ações que ao serem feitas em uma determinada região podem beneficiar outra região distante; se eu fizer a conservação, a recuperação de uma floresta ou uma plantação florestal aqui no Brasil, irei beneficiar o mundo todo, então, ele tende a ter essa característica de bem público (como o software livre, seu uso beneficia todas as pessoas).*

Patrícia Boson (FIEMG): Água, os recursos hídricos, merece ser mais cuidado. Água é bem público, mas tem "dominalidade". A cobrança pelo uso da água tem um viés próximo da prestação de serviços ambientais, mas tem viés também de bem público com valor econômico. Ver os 3 objetivos dos instrumentos postos em lei.

MRT:/ *É um ponto importante porque a gente tende a confundir só porque na constituição federal diz que todos têm direito ao acesso à água, tendem a descuidar esse valioso bem; é muito difícil de associar; quando você conserva um dos serviços, você está indiretamente ou diretamente conservando um dos outros serviços; é por isso que lá na Costa Rica e em alguns outros países ou regiões, eles estão pagando pelo pacote, não só olhando para o carbono, no momento de pagar eles já contabilizam e avaliam e valorizam todos os serviços.*

Felipe Fleury (V&M do BRASIL): Acho que o mais difícil é a maneira de regular e monitorar a permanência desta floresta como floresta, visando o benefício de sua conservação. Este é um dos pontos amplamente discutidos em REDD.

MRT:/ *Venho trabalhando no tema de monitoramento, informe e verificação (MRV), onde há pessoas que estão comprometidas a ver como avaliar e monitorar a provisão de serviços, e é também complexo porque você tem que avaliar durante a implementação do projeto (e do programa a rentabilidade econômica) a importância social com relação à segurança alimentar desses investimentos que são feitos para garantir a permanência dessa floresta, seja no manejo florestal, agroflorestal, turismo entre outras atividades que possam permitir às*

comunidades, às empresas ou aos produtores, garantir por si só sem depender nos próximos anos do pagamento por um serviço ambiental.

Mariama Vendramini (Biofílica): Felipe, mas a regulação e monitoramento das florestas vêm evoluindo e já estamos em fase de que os projetos de REDD têm confiabilidade comparável a outros tipos de projetos de carbono.

MRT:/*Estou de acordo com a Mariama, mas se não me engano, são oito anos que se vem falando de processos, formas de medição, metodologias para poder fazer esses monitoramentos das florestas; estou entendendo que o comentário do Felipe foi que a dificuldade não está só em olhar uma imagem de radar ou satélite e ver se está ocorrendo a degradação ou o desmatamento, ainda que a tecnologia esteja avançando muito nisso. Também no sentido de que a forma de distribuição dos benefícios que ocorrem com o pagamento do serviço ambiental.*

Patrícia Boson (FIEMG): Relatório elaborado pelo Banco Mundial e divulgado pela "Veja" desta semana apresenta o óbvio, apresenta que a exploração sustentável dos recursos naturais não tem sido a garantia de que os moradores das reservas ambientais assegurem a melhoria na qualidade de vida. O PSA poderia ser uma solução adequada? Se sim, quais os principais desafios de implementação?

MRT:/ *É uma das perguntas centrais de toda a discussão e isso está muito relacionado ao custo de oportunidade. A gente sabe que, apesar de há muitos anos a certificação de manejos de impacto reduzido ou manejos sustentáveis de florestas vêm tendo bastante dificuldade de dar certo pela ausência de algumas políticas locais, da governabilidade ou da governança local. Então a gente que está trabalhando neste tema, dentro da lógica econômica, fazer com que a floresta em pé valha mais do que a floresta deitada ou cortada - não só dependendo do serviço, mas também da produção dos bens, da madeira ou produtos florestais não madeiráveis – é a única lógica, em algumas situações onde a presença do estado não é constante e, que faz possível a continuidade da conservação da floresta.*

Patrícia Boson (FIEMG): Hoje, 50% da população global mora em cidades e acreditamos que, nos próximos 25 anos, esse número chegará a ser de 70% a 75%. Essas tendências estarão centralmente em um milhão dos principais centros urbanos do mundo e de lá sairá 85% do crescimento e da riqueza. Como o PSA pode ser um instrumento de gestão ambiental nesse cenário?

MRT:/ *São elementos interessantes que vão além de determinado local ou país. É uma questão bem complexa essa de que a população vai ser cada vez mais urbana, mas de qualquer forma, em algum momento alguém vai ter que produzir alimentos e conservar os recursos naturais e vai ser parte desses 25% da população que estaria no campo e certamente esta população vai ser bastante importante; por isso a gente está falando de como reconhecer as atividades dessas pessoas na proteção, na conservação e na recuperação destes serviços e recursos.*

Sessão II

0☐9h50 - **Apresentação: Ações brasileiras relacionadas à economia de baixo carbono**

☐10h20 - Perguntas e respostas

Patrícia Boson (FIEMG): Considerando que no Brasil, em sequência ao desmatamento, o transporte é o fator de maior contribuição de emissões, por estar sustentado em uma matriz predominantemente rodoviária e de mobilidade urbana com grande participação em transporte individual (vide crescimento das motocicletas); como fomentar o mercado de carbono na área de transporte? Por que há poucas iniciativas neste setor e por que o poder público não prioriza esse tema?

MRT:/ *É uma pergunta que vai além da minha apresentação e da minha capacidade de resposta. O que eu quis mostrar naquela sequência de ações, na que o transporte está relacionado quando você faz a pegada de carbono de um produto ou de uma organização, é que você tem que contabilizar as ações de transporte. Se você tiver interesse, verá que algumas empresas de transporte que já estão mitigando suas ações, oferecendo transportes mais eficientes. É uma pena que eu não me atentei para mostrar em meus exemplos algo sobre isto. Eu tendo a acreditar que nossas ações como sociedade civil e como empresas podem mostrar o caminho para as ações*

federais, estaduais e municipais. No momento em que mais empresas sejam mais eficientes no transporte e comecem a relatar/informar isso às plataformas que eu apresentei, eu tendo a acreditar que isso vai ter um efeito multiplicador bem interessante.

Patrícia Boson (FIEMG): NAMAS pode ser um caminho para fomentar iniciativas para o mercado de carbono na área de transporte?

MRT:/ *Com certeza.*

Fernando Alonso (Native Produtos Orgânicos): Avalio que o foco das apresentações reflete o foco atual na redução de emissões de GEE, inclusive porque já se trabalhou muito em métodos e coeficientes para sua quantificação. Mas e os outros serviços ambientais mencionados? Solos, água, biodiversidade, por exemplo? O que há de novo em termos de quantificação destes serviços?

MRT:/*No começo da primeira apresentação falei que não era só carbono e também cheguei a comentar que alguns programas estão considerando contabilizar todos os serviços. Por exemplo, quando o governo da Costa Rica paga para um produtor, ele está pagando pelo carbono, pela biodiversidade, pelos recursos hídricos, pela beleza cênica que a propriedade dele provê para o país e a região, mas no momento de tomar em consideração para quem pagar, eles definem prioridades; por exemplo, lembro que participei há muitos anos atrás de uma situação em que eles estavam definindo pagar a quem protegia os recursos hídricos, o serviço ambiental hidrológico, mas também no momento de pagar consideravam também os outros serviços adicionais. Isso talvez possa ser considerado como algo novo, o que também está acontecendo muito no México; vejo que muitas alternativas são consideradas aqui no Brasil. Dentro de algumas instituições, por exemplo, a instituição com a que eu trabalho que é a Forest Trends, existem pessoas que estão desenvolvendo metodologias específicas para a quantificação de serviços hídricos e biodiversidade; a perda de produtividade relacionada aos solos já tem vários anos.*

Erika Pinto (IPAM): Em relação à abordagem de PSA, uma experiência que o IPAM teve na região da Transamazônica com produtores familiares foi a necessidade de transformar toda a abordagem de um projeto de PSA, para garantir sustentabilidade e efetividade, ou seja, na nova abordagem, o PSA é apenas um componente de incentivos que contribui num processo de transição produtiva para bases mais sustentáveis, e neste grande guarda-chuva de incentivos estão contemplados: apoio a regularização fundiárias e adequação ambiental das propriedades; fortalecimento da gestão compartilhada nas comunidades e assentamentos; investimentos em melhorias agropecuárias para aumentar a produtividade nas áreas já abertas; apoio ao manejo florestal comunitário e fortalecimento das cadeias produtivas. Este é um projeto apoiado pelo Fundo Amazônia e em parceria com o INCRA e organizações de base. Há uma discussão já consolidada sobre este tipo de abordagem em outras regiões ou países? Difícil tratar o PSA de forma isolada neste contexto

MRT:/ *O comentário vem se somar a algumas respostas e perguntas que foram feitas. Os elementos dês eu comentário vêm relacionado ao conceito de permanência, de como favorecer que as pessoas tenham melhores retornos econômicos com as práticas sustentáveis, que façam possível a estas manterem a provisão de recursos naturais e serviços ambientais. Outro elemento importante colocado, o de regularização fundiária, é a importância do trabalho do governo e das instituições locais e vem se somar ao que tenho dito: PSA é um dos instrumentos, mas não é o instrumento que pode salvar uma situação tão complexa como a que você coloca que é a Transamazônica, lugar que já visitei e trabalhei bastante tempo e sei que com um pagamento por serviço ambiental por si só, não daria recursos suficientes, nem pessoas suficientemente dispostas a pagar os recursos necessários para fazer a região funcionar da forma como deveria funcionar de maneira sustentável. Anteriormente, a Patrícia citou o NAMAS que é a forma de contabilizar não só olhando para dentro da floresta e sim para o que está acontecendo fora, fazer um trabalho de educação e também de "empoderamento" e compensação para as pessoas que estão fora dessas áreas e que faça possível essas áreas continuarem em pé. No NAMA, alem das reduções nacionais de emissões, também está sendo discutido como contabilizar e considerar esses contextos mais complexos. Eu acho que a todos os que estão envolvidos nessa discussão é uma problemática complexa e a gente está procurando soluções com uma lógica econômica da conservação ambiental e dos serviços que demanda a todos ter um conhecimento mais holístico.*

Marina Marinho Nunes (Vale): Você quis dizer que o PSA é uma modalidade de compensação?

MRT:/*Eu apresentei três elementos. A modalidade de compensação tem em consideração o pagador/usuário e está relacionada àquelas ações de um projeto ou programa que vai ter uma ação que impacta a região e parte dos recursos do projeto ou programa tem que ser utilizado para mitigar ou recuperar esses impactos; neste caso, não é uma modalidade de compensação, e sim nas outras duas modalidades: (1) a primeira das pessoas que têm o custo de conservação ou recuperação e devem ser compensadas por esses custos, que faz sentido compensar; (2) a outra quando tem um alto custo de oportunidade fora da área da floresta ou do projeto florestal que pressione essas áreas ou esses recursos naturais, por exemplo, no caso da soja no Mato-Grosso ou Rondônia, a rentabilidade é tão alta que os produtores tendem a abrir novas áreas e fazer mudanças no uso da terra para continuar plantando a soja, nessas áreas o custo de oportunidade tem que ser compensado.*

Mariama Vendramini (Biofílica): Hoje há metodologias relativamente estabelecidas de REDD para emissão de créditos de carbono em áreas sob pressão de desmatamento. Como você vê a tendência de valorização para áreas que não estão sob pressão?

MRT:/ *É o caso da grande parte da Amazônia brasileira e parte do Cerrado. Nesse sentido, acho que os fundos (Fundo Amazônia, o Fundo Clima) buscam complementar estas áreas. Para um exemplo estadual, o SISA no Acre, - que é o sistema de incentivos a serviços ambientais - estão contemplando considerar outras áreas que não sejam aqueles que estão sob pressão de desmatamento, exatamente para evitar aquela história de mecanismo perverso que você só faz ações em áreas onde as pessoas fizeram errado, ou seja, você vai lá e paga para uma pessoa que por muitos anos pressionou uma área e fez desmatamento, e aquelas pessoas que há muitos anos fizeram o correto tenham a oportunidade por um projeto de se favorecer em um futuro. Eu entendo que a discussão no nível nacional e estadual está tendo consideração também em contemplar essas áreas até mesmo para evitar maiores problemas com fugas, como o que eu apresentei no começo.*

Marina Marinho Nunes (Vale): Você acha que a metodologia ESR (sobre serviços ecossistêmicos), também do WRI, pode ganhar a mesma força que a metodologia GHG *Protocol*?

MRT:/ *Conheço pouco sobre essa metodologia, mas só pelo fato do WRI estar trabalhando ao lado da Fundação Getúlio Vargas, entendo que é uma porta de entrada para a utilização dessa metodologia. Nesse caso, acho que dependo "quem você conhece ou com quem você trabalha" pode viabilizar o desenvolvimento de metodologia. Conheço muitas metodologias que não deram certo por serem muito acadêmicas, ou porque as pessoas que desenvolveram (outro tipo de metodologias) não tinham o canal de entrada para poder ser usadas. Nesse caso (ESR, WRI), acho que tendem a ir por um bom caminho.*

Patricia Boson (FIEMG): Pegada ecológica está intimamente ligada ao grau e modo de consumo, aquisição de bens e serviços. PSA dialoga com consumo sustentável? Como?

MRT:/*Dialoga nesse sentido. Apresentei que o consumo é parte de um processo em que pode ser contabilizado. No momento de você contabilizar um processo de pegada de carbono, para poder fazer um pagamento de um serviço ambiental. Nesse sentido, pode também considerar contabilizar as neutralizações de emissões. A empresa ou o setor privado tem que informar isso, seja pela plataforma que eu apresentei ou via comunicação nacional de emissões. Vejo que tudo isto está conectado, indiretamente está conectado, mas a pegada está conectada. Agora, mais uma vez, o pagamento por serviço ambiental é ferramenta ambiental e não pode se perder de vista este elemento. Já aconteceu com alguns programas nacionais e regionais e alguns projetos que você começa a fazer um pagamento por serviço ambiental e logo outras pessoas esperam respostas sociais. Então, vejo isso mais ou menos ligado; a forma de trabalhar com o consumo consciente estão em mecanismos de gestão ambiental nacionais que é a educação ambiental das pessoas. Com certeza o empreendedor precisa não só olhar e fazer as reduções, isto está acontecendo, quando uma empresa faz o pagamento de serviço ambiental correto em campo, mas usa essa imagem para ser mais eficiente usando embalagens e tentar fazer do consumidor mais consciente.*

Sessão III

10h40 - **Apresentação:** ☐Aspectos legais para o desenho e implementação de esquemas de PSA

☐11h00 - Perguntas e respostas

Sessão IV

11h20 - **Apresentação: O papel do setor privado no desenvolvimento e condução de iniciativas de PSA no Brasil**

☐11h25 - **Debate**

12h00 - Encerramento

Erika Pinto (IPAM): No art. 7º houve uma grande polêmica, que foi a não inclusão do pagador na isenção de impostos. Isto seria fundamental para atrair o setor privado para participar de um programa nacional de PSA. Diante disso, é importante estudarmos incentivos para os pagadores de serviços ambientais e não somente para os provedores, não é?

MRT:/ *É isso mesmo, por isso que foi minha preocupação de tentar mostrar os diversos conceitos sobre pagamentos de serviços ambientais e suas diferenças. Do conceito que está hoje na proposta de lei, os elementos que estão presentes são os recursos financeiros; mas outros tipos de incentivos teriam que ser contemplados. No meu dia a dia venho trabalhando em promover a discussão e a informação sobre pagamento por serviços ambientais, mas não é o único incentivo com que trabalho. Por isso dois ou três slides que apresentei vêm demonstrar que o pagamento dos serviços ambientais está no universo de outros incentivos e de outras políticas ambientais complementares. Mas essa polêmica foi e é grande... a isenção de impostos; a pergunta é: como o pagamento por serviços ambientais também se complementa com os serviços ecológicos? E se é possível ter um pagamento ambiental na mesma área que a pessoa se beneficia por um ICMS ecológico ou outro incentivo ecológico? Então, essa proposição de incentivos tem que ser incluída, porque é impossível uma lei contemplar todos os elementos. É importante que na discussão de como vai ser implementada a lei, os comitês dos setores privados e dos outros setores estarem lá para ver isso aí.*

Patricia Boson (FIEMG): Em todos os projetos a relação indústria PSA, transporte PSA é subentendida, ao passo que a relação agricultura e PSA é sempre direta. Isso é resultado do fato de que precisamos trabalhar melhor os conceitos?

MRT:/ *Eu não acredito que seja somente de trabalhar melhor os conceitos. Com certeza, da minha perspectiva, os conceitos devem ser melhorados. Também, tem um trabalho forte de difusão, de fazer com que as pessoas compreendam esses conceitos que já existem e já estão estabelecidos. Entendo que um conceito é algo dinâmico e, pode ser utilizado por diversas formas, para bem e para mal. Existem pessoas que a todo momento estabelecem novas definições para um conceito, tornando as coisas mais confusas. Minha resposta é que não é só trabalhar o conceito e sim a implementação e o entendimento dos mesmos.*

Patricia Boson (FIEMG): Um dos grandes problemas hoje com a cobrança pelo uso da água é a aplicação dos recursos financeiros com a agilidade necessária, incluindo a ampliação para aplicação pelo setor privado. Nem onde há fundo específico esta situação fica facilitada. É um grande gargalo o excesso de burocratização para a gestão financeira dos recursos. Também creio que isso não é diferente com os recursos financeiros da compensação ambiental. Não seria necessária uma iniciativa legal voltada para a melhoria dessa gestão? Sob pena do PSA cair no mesmo erro.

MRT:/ *Dá para perceber que a Patrícia tem bastante experiência com a questão da água. Essa história dos gargalos (barreiras)... esse não é o único gargalo. Acho que as diferentes experiências que a gente tem, por exemplo, o programa produtores de água, exemplifica, dentre bastantes outros, exemplo de lei municipal que faz possível a implementação desses programas e projetos municipais ou, até mesmo, no nível de uma bacia que dá insumos para evitar os erros colocados. Vejo isso de forma positiva; agora, uma das coisas que costumo falar é que se a gente fosse depender das leis que existem no Brasil, nem faria sentido pensar nos pagamentos por serviços ambientais (já que existe um suficiente marco legal no país que busca regular a maior parte da problemática ambiental existente no país). O que acontece é que dificuldade da governabilidade e da governança em regiões de difícil acesso.*

Outro ponto, quando estavam discutindo o Fundo Amazônia foi necessário criar um marco normativo que fizesse possível que esses recursos externos, ao entrar no país, não pagassem impostos, porque ninguém que quer investir na proteção e na conservação de recursos naturais quer pagar impostos que não estejam relacionados ao uso dos recursos, então foi criada uma lei. É tentar fazer eficiente o uso do recurso... diminui o custo de transação para que possa acontecer isso aí.

Erika Pinto (IPAM): Outro ponto crítico do PL foi o de prever a criação de um Programa Federal de PSA, o qual deveria ser nacional para garantir a participação de outros entes federativos; se não, aqueles estados que já se anteciparam na criação de seus próprios programas, como o Acre, não poderiam, por exemplo, acessar recursos de fonte federal.

MRT:/ *É uma questão que está sendo bastante debatida entre os governos federal e os estaduais, de como essas leis vão ser complementares ou não.*

Lívia Miranda (Votorantim Cimentos): As bacias paulista do Médio Tietê e do Rio Piracicaba já pagam pelo uso da água. No entanto, no seu slide 6, São Paulo aparece como não possuidor deste tipo de legislação. Existe algum outro instrumento que não seja uma lei?

MRT:/ *Foi o que comentei. Na ausência de uma lei federal ou estadual, os municípios mesmos desenvolvem leis que permitem a implementação desses mecanismos; então há essas diferentes esferas. O comentário anterior vem nesse sentido; como isso vai ser dialogado quando existir uma lei federal?*

Natalie, Letícia Guimarães e Alexandre Avelino (MMA): Como as iniciativas apresentadas nos outros módulos dialogam com o projeto de lei federal de PSA?

MRT:/ *Venho insistindo durante a apresentação que não cabe só olhar para um projeto ou um programa de lei de pagamento de serviço ambiental por si só, a gente precisa olhar como isso complementa outras ações; por isso, tentei mapear tudo o que existe no Brasil... não consegui ainda, mas fiz o esforço de ver como essas relações e a implementação em campo de um projeto de recuperação ou conservação da floresta está relacionado com as ações de mitigação da empresa, porque qual o sentido da empresa pagar pela mitigação das suas ações e não fazer nenhum esforço interno? Não só interno fazendo referencia a questão eficiência do seu processo produtivo ou na eficiência do uso dos recursos energéticos, mas sim na eficiência dos trabalhos que eles podem fazer - como setor privado - no momento de trabalhar com os fornecedores e com os consumidores. O que está acontecendo hoje - pelo menos no que eu tenho sentido - é que os consumidores estão sendo cada vez mais conscientes do uso, do consumo. Existem pessoas trabalhando aqui no Brasil nesta questão que, por limitação de tempo, não consegui apresentar, mas são relacionadas a ações do uso e do consumo consciente, e para mim tudo isso está vinculado com a realização de pagamentos por serviços ambientais que, por si só, está relacionado com o projeto de lei.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O WEBINAR

"... a proposta (para o webinar) foi tratar o tema desde uma visão mais holística, sem descuidar de apresentar os conceitos e a forma de como o mecanismo funciona. Diferente do que está acontecendo em outros países, a participação do setor privado no país ainda é desejável e pode vir a melhorar bastante. Meu entendimento, isto está ocorrendo devido a falta de visão de como as ações das empresas (que estão na área urbana, nas cidades por exemplo) podem impactar no que acontece nas áreas rurais. Espero continuar favorecer o debate para que os representantes das empresas, entendam que as suas ações têm impactos diretos ou indiretos na área rural e que estão ligados a uma maior produção de serviços ambientais.

ANEXO 1

LISTA DE INSCRITOS

EMPRESAS

No. pessoas registradas	No. Empresas registradas	Empresa	Nome
39	24		
1	1	ABIPLA – Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza e Afins	Giancarlo Montagnani
1	1	Alcoa Alumínio S.A.	Viviane Penna
1	1	BASF S.A.	Helene Menu
1	1	Beraca Sabará Químicos e Ingredientes S.A.	Thiago Terada
1	1	Bradesco S.A.	Julia Spinassé Aquino Marques
1	1	Brascopper	José Luis Lemes
1	1	Brasil/S Soluções Sustentáveis	Roberto Vámos
1	1	CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais	Rafael Augusto Fiorine
1		CESP	Maria Lúcia Mesquita Rodrigues
1	1	CESP	Paula Keiko Takeda Nakayama
1		CNI - Confederação Nacional da Indústria	Elisa Romano Dezolt
1		CNI - Confederação Nacional da Indústria	Mário C. Cardoso
1	1	CNI - Confederação Nacional da Indústria	Percy Baptista Soares Neto
1	1	EcoAtlântica Serviços Ambientais	Allan Espitalette Popak
1	1	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	Patrícia Boson
1	1	FIEMG - Federação das Indústrias de Minas Gerais	Ana Paula Yoshimochi
1	1	Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza	Guilherme Zaniolo Karam
1	1	Fundo Vale	Juliana Junqueira
1		Grupo Moura	Arnolfo Menezes
1		Grupo Moura	Jonerson Neri
1		Grupo Plantar	Cristiana Oliveira
1		Grupo Plantar	Diego Toledo
1		Grupo Plantar	Gabriela Marzano Euzebio
1		Grupo Plantar	Guilherme kubitz
1	1	Grupo Plantar	Rodrigo Ferreira
1		JBS - Friboi	Alexandre Kavati
1	1	JBS - Friboi	Daniela Teston
1	1	Monitore Engenharia e Planejamento Ambiental	Rafael Hartmann Gava
1	1	Native Produtos Orgânicos / Usina São Francisco S/A	Fernando Alonso Oliveira
1	1	Nestlé Brasil Ltda.	Sandra Souza
1	1	USINAZUL Energia Sustentável e Serviços Ambientais	André Gulfier
1	1	V&M do Brasil SA	Alexandre Valadares Mello
1		VALE	Domicia Oliveira
1		VALE	João Faria
1		VALE	Marina L. Marinho Nunes
1		VALE	Sofia Shellard
1	1	VALE	Vivian Macknight
1		VOTORANTIM	Elaine Bohme Pellacani
1	1	VOTORANTIM	Regiane Velozo Dias

OUTRAS ORGANIZAÇÕES

No. pessoas registradas	No. Empresas registradas	Instituição	Nome
11	3		
1	1	IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia	Erika de Paula Pedro Pinto
1		MMA - Ministério de Meio Ambiente	Daniel Rodrigues do Couto Silva
1		MMA - Ministério de Meio Ambiente	Lívia Borges
1		MMA - Ministério de Meio Ambiente	Leticia Reis de Carvalho
1		MMA - Ministério de Meio Ambiente	Thais Brito de Oliveira
1	1	MMA - Ministério de Meio Ambiente	Larissa Carolina Loureiro Villarroel
1		MMA - Ministério de Meio Ambiente	Luiz Mandalho
1		MMA - Ministério de Meio Ambiente	Núbia Elizabeth de Santana e Silva
1		MMA - Ministério de Meio Ambiente	Monique Sacardo Ferreira
1		MMA - Ministério de Meio Ambiente	Núbia Elizabeth de Santana e Silva
1	1	Projeto "Apoio aos Diálogos Setoriais UE - Brasil"	Josep Centelles i Portella instituição